

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 03/05/2023 | Edição: 83 | Seção: 1 | Página: 73

Órgão: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos/Secretaria de Gestão Corporativa

PORTARIA SGC/MGI Nº 1.706, DE 2 DE MAIO DE 2023

Delega e subdelega competências às autoridades que menciona para concessão de diárias e passagens, contratações e demais atos de gestão no âmbito da Secretaria de Gestão Corporativa do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO CORPORATIVA DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria MGI nº 572, de 8 de março de 2023, e o art. 15 da Orientação Normativa da Secretaria de Recursos Humanos nº 2, de 23 de fevereiro de 2011, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre delegação e subdelegação de competências, no âmbito da Secretaria de Gestão Corporativa do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, para a prática de atos de gestão relativos a:

- I - concessão de diárias e passagens;
- II - autorização e celebração de contratos;
- III - celebração de convênios e instrumentos congêneres;
- IV - cessão de área de imóveis;
- V - posse em cargo ou função comissionado;
- VI - reversão;
- VII - concessão de vantagens, licenças, afastamentos e benefícios;
- VIII - condução de veículos oficiais;
- IX - disponibilização de dispositivos móveis; e
- X - execução orçamentária e financeira..

CAPÍTULO II

DIÁRIAS E PASSAGENS

Art. 2º Fica subdelegada às autoridades máximas das diretorias da Secretaria de Gestão Corporativa, em seus âmbitos de atuação, a competência para autorizar a concessão de diárias e passagens no País.

§ 1º A autoridade máxima da Diretoria de Gestão de Serviços e Unidades Descentralizadas autorizará a concessão de diárias e passagens de que trata o caput no âmbito das Superintendências Regionais de Administração.

§ 2º Fica excluída da subdelegação de competência de que trata o caput a autorização para concessão de diárias e passagens de servidores, de militares, de empregados públicos e de colaboradores eventuais nas hipóteses de deslocamentos:

- I - por período superior a cinco dias contínuos;
- II - em quantidade superior a trinta diárias intercaladas por pessoa no ano;
- III - de mais de cinco pessoas para o mesmo evento;



IV - que envolvam o pagamento de diárias nos finais de semana; e

V - com prazo de antecedência inferior a quinze dias da data de partida.

CAPÍTULO III

CONTRATAÇÕES

Art. 3º Fica subdelegada a competência para autorizar a celebração de novos contratos administrativos ou prorrogação dos contratos em vigor relativos a atividades de custeio:

I - à Secretária Adjunta de Gestão Corporativa, cujo valor seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), no âmbito da Secretaria de Gestão Corporativa, ressalvadas as hipóteses previstas no inciso II; e

II - às autoridades máximas da Diretoria de Administração e Logística da Secretaria de Gestão Corporativa e das Superintendências Regionais de Administração, cujo valor seja igual ou inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), em seus âmbitos de atuação, vedada a subdelegação.

§ 1º A competência de que trata o inciso I do caput, para os contratos com valor igual ou inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), poderá ser subdelegada aos coordenadores ou aos chefes das unidades administrativas dos órgãos ou das entidades, vedada a subdelegação.

§ 2º A subdelegação de competência de que trata o caput não contempla a autorização para celebrar contratos de locação de imóvel ou a prorrogação dos contratos de locação em vigor, com valor igual ou superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por mês.

Art. 4º Fica subdelegada às autoridades máximas das Superintendências Regionais de Administração a competência para, em seus âmbitos de atuação, celebrar contratos.

§ 1º A competência de que trata o caput contempla a assinatura de termos aditivos e de apostilamento, bem como a designação de gestores e fiscais.

§ 2º A competência de que trata o § 1º deste artigo também se aplica à autoridade máxima da Diretoria de Administração e Logística da Secretaria de Gestão Corporativa.

Art. 5º Fica subdelegada a competência para celebrar convênios, ajustes, contratos de repasse, acordos e termos de execução descentralizada, em seus âmbitos de atuação:

I - às autoridades máximas das diretorias da Secretaria de Gestão Corporativa; e

II - às autoridades máximas das Superintendências Regionais de Administração.

§ 1º Ficam excluídos da delegação estabelecida no caput os convênios ou contratos de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos, que deverão observar o disposto no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e na Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, dos extintos Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Fazenda e da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União.

§ 2º A competência de que trata o caput contempla todos os atos relacionados ao acompanhamento e à aprovação da prestação de contas.

Art. 6º Fica subdelegada à Secretária Adjunta de Gestão Corporativa a competência para aprovar o Plano de Contratações Anual de que trata o Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022.

Parágrafo único. A subdelegação de competência de que trata o caput não contempla o Arquivo Nacional.

Art. 7º Fica subdelegada à autoridade máxima da Diretoria de Administração e Logística da Secretaria de Gestão Corporativa e, em seus âmbitos de atuação, às autoridades máximas das Superintendências Regionais de Administração, a competência para autorizar a cessão a terceiros, a título de utilização gratuita ou onerosa, de áreas dos imóveis que estejam sob a administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos para exercício das seguintes atividades:

I - posto bancário;

II - posto dos correios e telégrafos;

III - restaurante e lanchonete;



IV - central de atendimento à saúde;

V - creche; e

VI - outras atividades que venham a ser consideradas necessárias pela Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

CAPÍTULO IV

ATOS DE PESSOAL

rt. 8º Fica subdelegada à autoridade máxima da Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria de Gestão Corporativa a competência para a prática dos atos de posse decorrentes de nomeação para ocupar Cargo Comissionado Executivo - CCE e Função Comissionada Executiva - FCE.

Parágrafo único. A competência de que trata o caput não contempla a prática de atos de posse decorrentes de nomeação para ocupar CCE e FCE no âmbito das entidades vinculadas e do Arquivo Nacional.

Art. 9º Fica subdelegada à autoridade máxima da Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria de Gestão Corporativa a competência para:

I - publicar previamente, no Diário Oficial da União, o quantitativo das vagas dos cargos que se destinam à reversão, no interesse da administração, de que trata o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

II - expedir o ato de reversão, que deverá ser publicado no Diário Oficial da União; e

III - baixar instruções complementares relativas à execução da reversão.

Art. 10. Fica subdelegada competência para praticar atos relativos à interrupção de férias:

I - às autoridades máximas dos órgãos específicos singulares do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, em seus âmbitos de atuação;

II - às autoridades máximas dos órgãos de assistência direta e imediata à Ministra de Estado;

III - à autoridade titular da Chefia de Gabinete da Ministra de Estado;

IV - às autoridades máximas das Diretorias da Secretaria de Gestão Corporativa; e

V - às autoridades máximas das Superintendências Regionais de Administração.

Art. 11. Fica subdelegada à autoridade máxima da Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria de Gestão Corporativa e, em seus âmbitos de atuação, às autoridades máximas dos órgãos específicos singulares do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, a competência para praticar os atos relativos a:

I - autorização e aprovação do acréscimo de até cento e vinte horas de trabalho anuais, para fins de retribuição do servidor que executar atividades inerentes a cursos, concursos públicos ou exames vestibulares, na forma do disposto no caput do art. 5º do Decreto nº 11.069, de 10 de maio de 2022; e

II - liberação do servidor quando a realização das atividades inerentes a cursos, concursos públicos ou exames vestibulares ocorrerem durante o horário de trabalho, na forma prevista no inciso III do caput do art. 6º do Decreto nº 11.069, de 2022.

Art. 12. Fica subdelegada à autoridade máxima da Diretoria de Gestão de Pessoas a competência para praticar os atos necessários à concessão e ao registro das vantagens, licenças, afastamentos e benefícios previstos nos Títulos III e VI da Lei nº 8.112, de 1990.

Parágrafo único. A subdelegação de competência de que trata o caput não contempla a prática de atos relativos:

I - à concessão de licenças para acompanhamento de cônjuge ou companheiro, para atividade política e para tratar de interesses particulares;

II - às hipóteses previstas nos arts. 58, 59, 76-A, 80 a 96 e 96-A da Lei nº 8.112, de 1990; e

III - às demais hipóteses previstas em atos de delegação ou subdelegação específicos editados pela Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos ou pelo Secretário de Gestão Corporativa.



Art. 13. Fica delegada à autoridade máxima da Diretoria de Gestão de Serviços e Unidades Descentralizadas da Secretaria de Gestão Corporativa a competência para:

I - atestar a frequência diária e mensal, e eventuais ocorrências, das autoridades máximas das Superintendências Regionais de Administração, ressalvadas as hipóteses previstas no § 7º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995;

II - proceder à avaliação de desempenho individual dos servidores investidos no cargo de Superintendente Regional de Administração; e

III - autorizar a solicitação de férias das autoridades máximas das Superintendências Regionais de Administração.

CAPÍTULO V

COMPETÊNCIAS RESIDUAIS OU CONCORRENTES

Art. 14. Fica subdelegada à autoridade máxima da Diretoria de Administração e Logística da Secretaria de Gestão Corporativa e, em seus âmbitos de atuação, às autoridades máximas das Superintendências Regionais de Administração, a competência para autorizar servidores públicos federais deste Ministério a conduzirem veículos oficiais de transporte individual de passageiros, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996.

Art. 15. Fica subdelegada à autoridade máxima da Diretoria de Administração e Logística da Secretaria de Gestão Corporativa a competência para autorizar a disponibilização de telefone celular, tablet, modem ou outros dispositivos de comunicação de voz e dados, por meio de telefonia móvel com acesso à internet, para o atendimento da necessidade de serviço, nos casos excepcionais, nos termos do inciso VII do § 1º do art. 6º do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015.

Parágrafo único. As solicitações excepcionais a que se refere o caput serão formalizadas pela autoridade máxima ou respectivo chefe de gabinete da unidade administrativa demandante, com as devidas justificativas.

Art. 16. Fica subdelegada a competência para, em seus âmbitos de atuação, praticar os atos relativos a execução orçamentária e financeira, atuando como ordenador de despesas e gestor financeiro:



I - às autoridades máximas das diretorias da Secretaria de Gestão Corporativa; e

II - às autoridades máximas das Superintendências Regionais de Administração.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Ficam convalidados os atos praticados a partir de 24 de janeiro de 2023 em conformidade com o disposto nesta Portaria e que contenham, exclusivamente, vício de competência.

Art. 18. Ficam revogadas:

I - a Portaria SGC-ME nº 13.578, de 3 de junho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 18 de junho de 2020;

II - a Portaria SGC-ME nº 21.292, de 24 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 28 de setembro de 2020;

III - a Portaria SGC-ME nº 22.942, de 29 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 11 de novembro de 2020;

IV - a Portaria SGC-ME nº 24.941, de 10 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 16 de dezembro de 2020;

V - a Portaria SGC-ME nº 5.012, de 29 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 4 de maio de 2021; e

VI - a Portaria SGC-ME nº 12.961, de 3 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 22 de novembro de 2021.

Art. 19. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

